

Carta aberta á população de Florianópolis e região a respeito da atual situação da demarcação das terras quilombolas Vidal Martins, localizado no norte da ilha de Florianópolis.

Fevereiro, 2022.

A Comunidade quilombola Vidal Martins vem por meio desta carta, denunciar a forma como o processo de titulação de nossas terras esta sendo conduzida por parte do Estado, envolvendo diversos órgãos públicos como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Advocacia Geral da União (AGU), Instituto do Meio Ambiente (IMA), Governo do Estado de Santa Catarina, CASAN, dentre outros envolvidos no processo.

Cabe esclarecer que as terras demarcadas como quilombolas pertencentes á comunidade Vidal Martins, passaram por rigoroso processo de avaliação, resultado de um longo trabalho envolvendo á Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e técnicos do INCRA responsáveis por esta avaliação, culminando no Relatório Técnico RTID, principal documento legitimador de análise para titulação de terras indígenas e quilombolas.

Porém, ao invés de seguir os passos institucionais legais para avanço da regularização e titulação das terras quilombolas Vidal Martins, o que seguimos presenciando é o descaso proposital por parte do INCRA, órgão responsável pela demarcação e titulação. Diversas irregularidades seguem acontecendo ao longo deste processo, objetivo de exposição desta carta.

1. O INCRA segue com seu corpo técnico parado e ocioso mesmo havendo diversos trabalhos demandados pelo órgão, uma vez que a pandemia não coloca em risco a continuidade do andamento da titulação das terras quilombolas Vidal Martins
2. O decreto 4.887 da constituição federal de 1988 deixa claro que órgãos públicos não tem o direito de contestar uma área pública em processo de demarcação. Porém o INCRA/SC segue permitindo o direito de contestação da decisão liminar que demarcam ás terras quilombolas, para outros órgãos públicos como IMA, CASAN e Policial Ambiental, contrapondo intencionalmente a constituição afim de inviabilizar o processo de titulação.
3. Em nota enviada a Advocacia Geral da União, órgãos como CASAN, IMA e Polícia Ambiental, seguem pedindo a suspensão do RTID pelo simples fato de serem contrários ás análises verídicas contidas no relatório. Esse pedido de suspensão deixa claro a má intencionalidade dos referidos órgãos em suprimir o direito legítimo de reparação histórica garantida pela constituição federal e tratados internacionais como a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
4. A sede regional de Santa Catarina do INCRA segue notificando de forma equivocada os demais órgãos públicos presentes na área do Quilombo Vidal Martins, notificando como posseiros órgãos que, por serem públicos, não podem assumir no processo a parte de "posseiro". Este "erro" de digitação nos altos do processo tem gerado análises

divergentes da realidade, proporcionando direito de contestação para órgãos públicos que não possuem esse direito, apenas poderiam exigir medidas de conciliação por haver interesse público na área citada. Apenas esta medida já tem gerado um prolongamento desgastante no processo, que já poderia estar considerado como encerrado no sentido de encontrar uma conciliação que favorecesse ambas as partes.

5. Nos autos do processo, órgãos como IMA seguem denunciando a comunidade como incapaz de garantir a sustentabilidade deste importante espaço de preservação. É de conhecimento amplo que os territórios das comunidades quilombolas e indígenas são os territórios mais preservados, sendo fruto de diversos estudos culminando em centenas de artigos científicos esclarecendo a capacidade e interesse destas comunidades em garantir a exploração sustentável e a preservação do meio ambiente.

Cabe pontuar que a comunidade quilombola Vidal Martins, sempre deixou claro seu interesse em garantir uma medida de conciliação para o encerramento deste processo administrativo, entendendo que os órgãos hoje presentes no Parque Estadual do Rio Vermelho do Quilombo Vidal Martins cumprem papel importante para a sociedade de Florianópolis, não sendo de interesse da comunidade a supressão e eliminação destes prestadores de serviços para a sociedade.

Por fim cabe denunciar que qualquer medida de decisão que envolva o território quilombola Vidal Martins e as famílias da comunidade Vidal Martins, deve ser comunicada e consultada a comunidade. Diversas tratativas e decisões seguem em andamento sem nenhuma consulta com a comunidade quilombola Vidal Martins, mostrando além de desrespeito, má índole no andamento do processo de forma a excluir e desfavorecer a comunidade.

Desta forma, convocamos todo conjunto da sociedade civil, apoiadores e apoiadoras do Quilombo Vidal Martins, a ser fazer presente em nosso ato REIVINDICANDO A FINALIZAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO na próxima quarta-feira, dia 09 de março às 9:00 da manhã em frente á sede regional do INCRA/SC, Beira Mar Continental.

“Nenhum quilombo a menos: Titulação Vidal Martins, JÁ!”

Associação Remanescente do Quilombo Vidal Martins.